

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 161.208 - SP (2018/0252688-2)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**SUSCITANTE** : JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE BARUERI - SP  
**SUSCITADO** : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO  
**INTERES.** : JUSTIÇA PÚBLICA  
**INTERES.** : EM APURAÇÃO

**EMENTA**

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA E O SISTEMA FINANCEIRO. INTERESSE DA UNIÃO. PARECER MINISTERIAL ACOLHIDO. CONFLITO CONHECIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM FEDERAL.

**DECISÃO**

Trata-se de conflito negativo de competência, em que consta como Suscitante o JUÍZO DE DIREITO DA 2.ª VARA CRIMINAL DE BARUERI - SP e Suscitado o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3.ª REGIÃO.

Colhe-se nos autos que no Inquérito Policial n.º 0002333-12.2014.4.03.0000, o Tribunal Regional Federal da 3.ª Região declinou da competência para a Justiça comum Estadual, ao fundamento de que não ocorria conexão com o IP n.º 2006.61.81.014543-4 (em que se apurava crimes contra a ordem tributária e no qual eram investigadas autoridades com foro em segundo grau de jurisdição) e porque não havia indícios de prática de crime contra o sistema financeiro e a ordem econômica (fls. 32-35).

O Juízo de Direito suscitou o presente conflito, sob o seguinte fundamento, em síntese (fl. 88):

*"Fls. 711/718: Ciente da observação retro, oriunda da Serventia, passo a analisar o pedido de suscitação de conflito de competência.*

*Compreendo que o pedido do Ministério Público Estadual merece prosperar, pois os fatos que se investigam, ao menos em parte, são de competência federal. Com efeito, como exposto no referido pedido o crime antecedente ao crime de lavagem de dinheiro é aquele previsto no artigo 42 da Lei n. 9.430/96, que é de competência federal. Ademais, ao menos aparentemente, está correto o apontamento do artigo 22 da Lei n. 7.492/86 ao se tratar da remessa de oito milhões de*

*reais de contas bancárias de empresa brasileira para estrangeira.*

*Não bastasse, a análise acerca da legalidade ou não de remessas de dinheiro do Brasil para empresas situadas no exterior e vice-versa dependem de cooperação jurídica internacional, o que somente pode ser feito em processo da Justiça Federal."*

Parecer do Ministério Público Federal às fls. 96-104, assim ementado (fl. 96):

**"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL E JUSTIÇA ESTADUAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO. COMPETÊNCIA FEDERAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FEDERAL SUSCITADO.**

*1. Havendo veementes indícios da prática de crimes contra a ordem tributária e de crimes contra o sistema financeiro nacional, a competência é da Justiça Federal.*

*2. Investigados que mantiveram recursos no exterior e que receberam vultosas quantias oriundas de país estrangeiro considerado 'paraíso fiscal', o que demanda cooperação jurídica internacional, atraindo a competência da Justiça Federal.*

*3. Competência do Juízo Federal suscitado."*

É o relatório. Decido.

Conforme os elementos dos autos, o Ministério Público Federal esclareceu que, no Inquérito que originou o presente conflito, apura-se os desdobramentos dos seguintes fatos (fls. 101-103):

*"Primeiramente, frise-se que operações noticiadas no Relatório de Inteligência Financeira nº 8448 não se referem integralmente aos fatos apurados no inquérito policial nº 0014543-60.2006.4.03.6181, arquivado em 26 de abril de 2010. Segundo manifestação do Ministério Público Federal no sentido do arquivamento do inquérito (fls. 377/393), no que se refere à investigação de crimes contra a ordem tributária envolvendo Gilberto Macedo Gil Arantes, Ricardo Macedo Arantes, Eufrásio Humberto Domingues, 'Conspar Empreendimentos e Participações Ltda.' e 'Griffe Administração de Bens e Participações Ltda.', os fatos apurados ocorreram nos anos de 2004 a 2006 (fls. 389/390). Porém, no presente inquérito, o que se investiga é a possível prática de crimes contra a ordem tributária envolvendo operações financeiras incomuns realizadas nos anos de 2007 até 2012 (fls. 417/447).*

*Relativamente a Eufrásio Humberto Domingues, o Relatório de Inteligência Financeira nº 8448 (fls. 405/406) informou que a empresa 'Griffe Administração de Bens e Participações Ltda.', administrada pelo investigado, recebeu R\$ 8.000.000,00 de empresa sediada em paraíso*

fiscal na data de 18 de janeiro de 2012 (operação bancária ocorrida depois do arquivamento do inquérito nº 0014543-60.2006.4.03.6181). Além dessa transação, mencionado relatório informou diversas operações bancárias incomuns realizadas pelo investigado (e por pessoas jurídicas por ele administradas) entre 2007 e 2010 (fls. 417/426).

É relevante mencionar que, em 04 de novembro de 2014, a Procuradoria da República em São Paulo recebeu o Relatório de Inteligência Financeira nº 14.103 (documento integrante da Notícia de Fato nº 1.34.001.007460/2014-29 – documento anexo), que detalha o recebimento de R\$ 8.000.000,00 pela 'Griffe Administração de Bens e Participações Ltda.'. Segundo o documento, referida empresa possui conta-corrente no 'Banif – Banco Internacional do Funchal S/A' e 'teria recebido R\$ 8 milhões de sua sócia, a empresa Mamixus Investment S/A oriundos de paraíso fiscal (Ilhas Cayman) em 18/01/2012. Deste valor, foram emitidas duas TEDs no valor de R\$ 4.415.000,00 para o Santander, uma para Eufrásio Humberto Domingues e outra para a própria Griffe. Informa que seus sócios, na época da comunicação, eram as empresas sediadas nas Ilhas Cayman, Maximus Investments S.A. e Kirvik Group LLC, e seus administradores, Eufrásio Humberto Domingues, Regina Mitie Kuada, Antônio César Mariuzzo, e Kunio Sato' (item 1.2.1). Note-se que, antes de o Tribunal concluir pela ausência de interesse da União na investigação dos fatos, era necessário verificar se Eufrásio Humberto Domingues omitiu o recebimento de tais valores em suas declarações à Receita Federal (conduta tipificada no artigo 1º, inciso I, da Lei nº 8.137/90). Era preciso, ainda, apurar se o investigado (administrador de empresa sediada em paraíso fiscal, conforme Relatório de Inteligência Financeira) mantém depósitos no exterior não declarados à autoridade fiscal (conduta tipificada no artigo 22, parágrafo único, da Lei nº 7.492/86). Frise-se, mais uma vez, que mencionadas operações não foram investigadas no inquérito policial nº 0014543- 60.2006.4.03.6181, arquivado em 2010.

No que se refere a Gilberto Macedo Gil Arantes, Relatório de Inteligência Financeira nº 8448 informou que, no período de 2007 a 2008, foram adquiridas 'apólices com importância segurada igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais) para pessoa física' junto às seguradoras 'MAPFRE Vera Cruz Seguradora S/A' e 'Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais' (fls. 426/447).

Foi informado, ainda, um saque e dois depósitos em espécie superiores a cem mil reais entre 2009 e 2010. Para que fosse possível concluir-se pelo declínio de competência, com fundamento na ausência de investigado com foro por prerrogativa de função e por ausência interesse da União na investigação, seria imprescindível saber, junto à Receita Federal, se tais expressivas contratações de seguros referiram-se a aumento patrimonial declarado. Observe-se que mencionadas operações não foram investigadas no inquérito policial nº

# Superior Tribunal de Justiça

0014543-60.2006.4.03.6181, arquivado em 2010.

*É relevante frisar que diligências para confirmação da regularidade, ou não, das operações informadas pelo Relatório de Inteligência Financeira nº 8448 (detalhado pelo Relatório de Inteligência Financeira nº 14103) não envolveriam, inicialmente, quebra de sigilo fiscal ou bancário dos investigados. Para análise preliminar sobre prática de crimes contra a ordem tributária e contra o Sistema.*

*Por outro lado, é imprescindível notar que, ao contrário do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, os fatos noticiados pelos mencionados Relatórios de Inteligência Financeira não dizem respeito, apenas, a possíveis delitos de lavagem de dinheiro (cujos crimes antecedentes não afetariam bens ou interesses da União, por relacionarem-se a desapropriações municipais por valores superfaturados). Independentemente de eventuais crimes de lavagem ou ocultação de ativos, as transações financeiras informadas podem consistir em crimes contra a ordem tributária e contra o Sistema Financeiro Nacional, afetando diretamente patrimônio e interesses da União. Sem informações da Receita Federal e do Banco Central é impossível afirmar-se que fatos investigados não afetam bens da União. Portanto, considerando-se que é residual a competência da Justiça Estadual, o declínio de competência decidido pelo Tribunal, antes da absoluta certeza da ausência de crimes federais, é prematuro, indevido e viola diretamente a Constituição."*

Como se vê, o Ministério Público Federal afirma que seria imprescindível verificar se as transações financeiras realizadas foram devidamente declaradas à autoridade fiscal. Outrossim, o Juiz da Justiça comum Estadual acrescenta que *"a análise acerca da legalidade ou não de remessas de dinheiro do Brasil para empresas situadas no exterior e vice-versa dependem de cooperação jurídica internacional, o que somente pode ser feito em processo da Justiça Federal"* (fl. 88).

Portanto, é prematura a conclusão de que não há, na hipótese, a possibilidade de cometimento de crimes contra a ordem tributária e o sistema financeiro. Portanto, deve ser acolhida a manifestação da Procuradoria-Geral da República no sentido de que, *"havendo veementes indícios da prática de crimes contra a ordem tributária e de crimes contra o sistema financeiro nacional, a competência é da Justiça Federal"* (fl. 96).

Cito ainda os seguintes precedentes, *mutatis mutandis*:

**"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PENAL. INQUÉRITO POLICIAL INSTAURADO PARA APURAR A PRÁTICA DE CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL. CONDUTA**

**IMPUTADA: EMISSÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE TÍTULOS FALSOS DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.**

**1. Para a fixação da competência da Justiça Federal basta a subsunção formal da conduta aos delitos da Lei n. 7.492/1986, conforme dispõe o art. 109, VI, da Constituição Federal (os crimes contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira são da competência da Justiça Federal nos casos determinados em lei) e o art. 26 da Lei n. 7.492/1986 (a ação penal, nesses casos, será promovida pelo Ministério Público Federal, perante a Justiça Federal).**

**2. Diante do contexto apresentado até o momento, em tese, a conduta de emissão e comercialização de títulos falsos da dívida pública federal reúne os elementos caracterizadores dos crimes previstos nos arts. 7º e 16 da Lei n. 7.492/1986, motivo pelo qual se afigura prematuro afastar a competência da Justiça Federal.**

**3. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo Federal da 11ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Goiás." (CC 145.689/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 26/06/2019, DJe 01/07/2019; sem grifos no original.)**

**"PENAL E PROCESSO PENAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL X JUSTIÇA ESTADUAL. 1. CRIME DE ESTELIONATO. ALICIAMENTO DE EMIGRANTES ILEGAIS PARA OS EUA. EXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE OUTROS DELITOS. CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO. CRIME CONTRA A ORDEM ECONÔMICA E TRIBUTÁRIA. CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO. DECLÍNIO PARA A JUSTIÇA FEDERAL. 2. COMPLEMENTAÇÃO DAS DILIGÊNCIAS PELA POLÍCIA FEDERAL. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DA PRÁTICA DE CRIMES FEDERAIS. PREJUÍZO CAUSADO APENAS A PARTICULARES. 3. CONFLITO CONHECIDO PARA RECONHECER A COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE GOVERNADOR VALADARES/MG, O SUSCITADO.**

**1. A competência para julgar crime de estelionato contra particulares, em virtude de aliciamento de emigrantes ilegais para os EUA, é da Justiça estadual. Havendo indícios também da prática de crimes contra o sistema financeiro, contra a ordem tributária e econômica e de lavagem de capitais, a competência é deslocada para a Justiça Federal.**

**2. Contudo, constatado, após a realização de diligências complementares pela Polícia Federal, que não há indícios mínimos que configurem a prática dos delitos de competência federal, mostra-se evidente a competência estadual para julgar o crime de estelionato.**

**3. Conheço do conflito para reconhecer a competência do Juízo**

# *Superior Tribunal de Justiça*

*de Direito da 2ª Vara Criminal de Governador Valadares/MG, o suscitado." (CC 114.948/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 23/04/2014, DJe 29/04/2014; sem grifos no original.)*

Ante o exposto, em acolhimento ao parecer do Ministério Público Federal, CONHEÇO do conflito para DECLARAR a competência da Justiça Comum Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora